

ENTRE A TRADIÇÃO E A TECNOLOGIA: UMA PROPOSTA QUE ALIA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL À LITERATURA REGIONAL NORDESTINA

BETWEEN TRADITION AND TECHNOLOGY:
A PROPOSAL THAT COMBINES ARTIFICIAL
INTELLIGENCE WITH NORTHEASTERN
REGIONAL LITERATURE

Autor: MANUELA CUNHA PEIXINHO
manuelapeixinho@yahoo.com.br

Resumo: É inegável que o uso da inteligência artificial tem transformado profundamente a maneira como as pessoas produzem e consomem informações. Nesse contexto, a escola, como espaço responsável pela formação integral dos estudantes, precisa acompanhar tais mudanças e incorporá-las em suas práticas pedagógicas. Este trabalho propõe refletir sobre uma experiência realizada com alunos do segundo ano do Ensino Médio-Integrado do Instituto Federal da Bahia, na aula de língua portuguesa, em que foram convidados a criar cordéis em homenagem a servidores e terceirizados, por meio do projeto Potência Negra. A atividade buscou articular a criatividade pessoal dos estudantes com o uso de recursos de inteligência artificial, especialmente ferramentas generativas, ampliando as possibilidades de expressão artística e cultural. Para fundamentar a proposta, são discutidos conceitos centrais sobre o que é a IA, com destaque para a generativa, além de como a legislação atual tem relacionado o tema às práticas escolares. Também são analisadas as dificuldades encontradas na aplicação da atividade e as estratégias de superação adotadas. Dessa forma, busca-se oferecer uma reflexão crítica sobre o papel da escola diante das inovações tecnológicas e sobre como práticas criativas podem contribuir para uma educação mais significativa e conectada ao mundo contemporâneo.

Palavras-chave: Inteligência artificial. Cordel. Prática pedagógica. Educação.

Abstract: It is undeniable that the use of artificial intelligence has profoundly transformed the way people produce and consume

information. In this context, schools, as spaces responsible for the integral education of students, must keep pace with such changes and incorporate them into their pedagogical practices. This paper aims to reflect on an experience carried out with second-year Integrated High School students at the Federal Institute of Bahia, during Portuguese language classes, in which they were invited to create cordéis honoring staff and outsourced workers through the project Potência Negra. The activity sought to combine students' personal creativity with the use of artificial intelligence resources, especially generative tools, expanding the possibilities of artistic and cultural expression. To support the proposal, central concepts about what AI is are discussed, with emphasis on generative AI, as well as how current legislation has related the subject to school practices. The difficulties encountered in implementing the activity and the strategies adopted to overcome them are also analyzed. The study is grounded in theoretical references such as Pierre Lévy, who discusses the implications of cyberculture in education, and José Moran, who addresses the integration of digital technologies into teaching and learning processes. In this way, the work seeks to offer a critical reflection on the role of schools in the face of technological innovations and on how creative practices can contribute to a more meaningful education connected to the contemporary world.

Keywords: Artificial intelligence. Cordel. Pedagogical Practice. Education.

1 INTRODUÇÃO

O que há poucos anos parecia cenário de filmes de ficção científica tornou-se realidade. Com apenas um clique, é possível obter respostas para problemas cotidianos, desde questões triviais até cálculos complexos, em segundos. Mais do que simples respostas, essas ferramentas passaram a elaborar materiais a partir de informações armazenadas,

configurando uma forma de inteligência denominada *inteligência artificial* (IA). O termo foi cunhado por John McCarthy em 1955, no artigo *Proposal for the Dartmouth Summer Research Project on Artificial Intelligence*. Todavia, a IA não se constitui como inteligência plena por si só, pois depende da intervenção humana para fornecer comandos (*prompts*) e estabelecer conexões significativas a partir dos resultados gerados.

Este trabalho surgiu da observação de alunos que utilizavam IAs de maneira desordenada e, por vezes, eticamente questionável. Para melhor compreender o tema, realizei cursos sobre o uso da IA na docência, por meio da plataforma Avamec, o que me possibilitou refletir sobre formas de aplicação ética e produtiva dessas ferramentas em sala de aula. Após um período de estudo e experimentação, desenvolvi uma proposta pedagógica que alia o contemporâneo ao tradicional: a produção de cordéis com apoio da IA.

A atividade integrou o projeto *Potência Negra* e culminará em uma exposição na Semana de Arte e Cultura do campus em outubro de 2026. Foi realizada com três turmas do segundo ano do Ensino Médio Integrado

(Química e Automação) do Instituto Federal da Bahia, campus Salvador. O objetivo deste trabalho é apresentar essa articulação entre IA e literatura tradicional, discutir os desafios enfrentados e as estratégias de superação, além de fomentar novas práticas pedagógicas que incorporem a IA de forma crítica e criativa, reafirmando o papel da escola na formação de sujeitos consciente e atualizados com o mundo que os cerca.

Para tanto, este trabalho será organizado em quatro partes: inicialmente, uma contextualização sobre o cordel; em seguida, uma discussão acerca da inteligência artificial aplicada à sala de aula; posteriormente, a apresentação do Projeto Potência Negra; e, por fim, a análise dos desafios enfrentados e das estratégias de superação na implementação da proposta.

2 LITERATURA DE CORDEL: BREVE CONSIDERAÇÕES

A literatura de cordel é uma manifestação cultural popular que tem suas raízes na cultura trovadoresca portuguesa, mas que se enraizou no Nordeste brasileiro no final do século XIX como forma de expressão poética e narrativa. Inspirada em folhetos

portugueses, os cordéis eram vendidos em feiras e mercados, pendurados em cordas, por essa razão seu o nome dessa literatura ser *cordel*. Essa tradição oral e escrita consolidou-se como um dos mais importantes meios de difusão cultural da região, preservando histórias, valores e costumes.

Entre os nomes de destaque da literatura de cordel estão Leandro Gomes de Barros, considerado o pioneiro do gênero, e Patativa do Assaré, cuja obra poética transcendeu o cordel e se tornou símbolo da resistência cultural nordestina. A estrutura dos cordéis geralmente se organiza em sextilhas ou décimas, com rimas simples e acessíveis, permitindo que o público compreenda e memorize facilmente os versos. Muitas vezes são lidos aliados à instrumentos musicais como violão.

O cordel, além de sua função estética, desempenha papel social e educativo. Ele narra histórias de amor, política, religião, humor e crítica social, funcionando como um registro da vida cotidiana e das tensões da sociedade nordestina. Por sua relevância cultural, a literatura de cordel foi reconhecida em 2018 como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil pela UNESCO, reforçando sua

importância na preservação da identidade regional.

No ambiente escolar, o cordel pode ser utilizado como ferramenta pedagógica para estimular a leitura, a escrita criativa e o senso crítico dos estudantes. Ele possibilita o contato com uma tradição literária que valoriza a oralidade e a cultura popular, ao mesmo tempo em que abre espaço para reflexões sobre temas contemporâneos.

Nessa perspectiva, Ana Maria de Oliveira Galvão, em *Cordel: leitores e ouvintes* (2010), chama atenção para as práticas de leitura e escuta que constituem a experiência do cordel, mostrando que sua compreensão exige considerar não apenas o texto escrito, mas também os modos como ele é apropriado, compartilhado e ressignificado por seus leitores e ouvintes. Assim, o cordel pode ser entendido como uma literatura viva, construída no encontro entre palavra escrita, voz, memória e experiência coletiva, o que explica sua capacidade de preservar saberes e, simultaneamente, reinventar histórias e perspectivas sobre o mundo.

Assim, a inserção da literatura de cordel em sala de aula não apenas valoriza uma tradição cultural

nordestina, mas também promove práticas pedagógicas inovadoras. Ao unir tradição e contemporaneidade, o cordel se mostra uma ferramenta eficaz para formar sujeitos críticos, criativos e conscientes de sua identidade cultural, fortalecendo o papel da escola como espaço de preservação e transformação social.

3 INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E EDUCAÇÃO

A incorporação da inteligência artificial (IA) aos processos educacionais constitui uma das transformações mais significativas experimentadas pela escola contemporânea. Diferentemente de tecnologias digitais anteriores, que ampliaram principalmente as possibilidades de acesso, armazenamento e circulação de informações, os sistemas atuais de inteligência artificial generativa são capazes de produzir textos, imagens, códigos, sínteses, traduções e diferentes formas de conteúdo a partir de comandos humanos. Essa característica desloca a discussão educacional do simples acesso à tecnologia para questões mais complexas relacionadas à autoria, à aprendizagem, à autonomia intelectual,

à avaliação, à formação docente e à própria concepção de conhecimento. Nesse cenário, a presença da IA na educação não deve ser compreendida como substituição das práticas pedagógicas tradicionais por soluções automatizadas, mas como um fenômeno que exige a revisão crítica das relações entre professores, estudantes, conhecimento e tecnologias.

A discussão encontra respaldo nas transformações provocadas pela cultura digital, já antecipadas por Pierre Lévy. Em *Cibercultura*, publicado originalmente em 1997 e traduzido para o português em 1999, Lévy analisa a emergência de novas formas de comunicação, produção e circulação do conhecimento associadas às tecnologias digitais. Para o autor, o conhecimento passa a constituir-se em redes, caracterizadas por maior interatividade, colaboração e circulação entre diferentes sujeitos. Embora a inteligência artificial generativa pertença a um contexto tecnológico posterior à formulação original de Lévy, suas reflexões permanecem relevantes para compreender um ambiente educacional no qual o conhecimento deixa de estar concentrado exclusivamente em instituições, livros ou na figura do

professor e passa a circular por múltiplos dispositivos e ambientes informacionais. A IA radicaliza, nesse sentido, uma transformação já iniciada pela cibercultura: o estudante encontra-se diante de um universo no qual acessar informação é cada vez mais simples, enquanto selecionar, interpretar, questionar e atribuir sentido a essa informação torna-se progressivamente mais importante. Não é apenas sobre criar, mas sobre concetar as informações, fazer uma curadoria de quais são relevantes para o que deseja produzir.

Essa perspectiva aproxima-se das contribuições de José Manuel Moran acerca da integração das tecnologias aos processos de ensino e aprendizagem. Em *Novas tecnologias e mediação pedagógica*, publicado em 2000 em coautoria com Marcos T. Masetto e Marilda Aparecida Behrens, Moran, defende-se que a presença da tecnologia somente produz transformações educacionais significativas quando articulada a uma concepção pedagógica capaz de favorecer participação, colaboração, autonomia e aprendizagem significativa. Em *A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá*, Moran (2013) também enfatiza que as

tecnologias digitais podem favorecer processos de aprendizagem mais ativos, dinâmicos, personalizados e articulados a diferentes tempos e espaços. A contribuição de Moran é particularmente pertinente à discussão sobre IA porque impede que a inovação tecnológica seja confundida com inovação pedagógica: uma ferramenta sofisticada, utilizada dentro de uma prática transmissiva e pouco reflexiva, pode simplesmente acelerar processos antigos, sem necessariamente produzir aprendizagem mais significativa.

Nesse sentido, um dos principais desafios colocados pela inteligência artificial à educação está relacionado à autoria e à autonomia intelectual. Quando um estudante utiliza uma ferramenta generativa para produzir automaticamente uma redação, resolver um problema ou elaborar uma síntese, o resultado apresentado pode ocultar o processo cognitivo necessário para que a aprendizagem efetivamente aconteça. O problema, portanto, não reside simplesmente no fato de o estudante utilizar IA, mas na possibilidade de delegar à tecnologia operações intelectuais que deveriam constituir parte fundamental de sua formação. A questão pedagógica passa a ser, então, como transformar a IA de mecanismo

de substituição do esforço cognitivo em instrumento de investigação, comparação, problematização e revisão? Em vez de perguntar apenas se determinado trabalho “foi feito por IA”, torna-se necessário discutir quais operações intelectuais o estudante realizou, quais decisões tomou, quais fontes consultou, que erros identificou (as chamadas alucinações) e de que maneira foi capaz de justificar e reconstruir o resultado produzido pela ferramenta?

A avaliação da aprendizagem é, conseqüentemente, uma das dimensões mais afetadas pela disseminação da IA generativa. Modelos tradicionais de avaliação baseados exclusivamente na produção de respostas, textos ou trabalhos extraclasse tornam-se mais vulneráveis quando ferramentas capazes de gerar esses produtos estão amplamente disponíveis. Isso não significa, contudo, que a avaliação tenha perdido sua função; significa que seus instrumentos precisam deslocar o foco do produto final para o processo de aprendizagem. Atividades que envolvam argumentação oral, resolução comentada de problemas, registros de percurso, análise crítica das respostas produzidas pela IA, comparação entre diferentes

fontes e explicitação das escolhas realizadas podem oferecer evidências mais consistentes da aprendizagem. A própria legislação educacional brasileira recente aponta para a importância de avaliações diagnósticas e formativas e de processos de acompanhamento das aprendizagens, perspectiva que pode ser aprofundada diante dos desafios produzidos pela IA.

Outro aspecto fundamental diz respeito à confiabilidade e à criticidade diante das informações produzidas por sistemas de IA. Modelos generativos não funcionam como bases de dados neutras (daí surge o chamado preconceito algoritmo) nem garantem que toda resposta produzida seja verdadeira, atualizada ou contextualizada. Podem apresentar informações incorretas, referências inexistentes, simplificações, vieses e interpretações inadequadas. Por essa razão, o desenvolvimento do letramento em inteligência artificial precisa ultrapassar o domínio instrumental de comandos e ferramentas. É necessário formar estudantes capazes de compreender minimamente como esses sistemas produzem respostas, reconhecer suas limitações, verificar informações, identificar vieses e confrontar diferentes fontes. A

competência digital, nesse contexto, aproxima-se de uma competência epistemológica: saber utilizar a tecnologia implica também saber questioná-la. O papel da escola torna-se, portanto, ainda mais relevante em uma sociedade na qual a abundância de respostas não significa necessariamente abundância de conhecimento confiável.

A questão ética também ocupa lugar central nesse debate. O uso educacional da IA envolve coleta e processamento de dados, privacidade, segurança, vieses algorítmicos, propriedade intelectual, transparência e possíveis formas de discriminação. Quando crianças e adolescentes utilizam sistemas digitais, essas preocupações assumem dimensão ainda maior. O atual marco normativo brasileiro já estabelece a necessidade de proteção de dados pessoais por meio da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e, desde 2025, conta também com o Estatuto Digital da Criança e do Adolescente, Lei nº 15.211/2025. O novo PNE incorpora explicitamente essa preocupação ao determinar que as futuras diretrizes nacionais para plataformas educacionais digitais e inteligência artificial observem critérios de

transparência e proteção de dados, em consonância com a LGPD e com o Estatuto Digital da Criança e do Adolescente.

No plano das políticas educacionais, uma mudança particularmente importante ocorreu com a aprovação da Lei nº 15.388, de 14 de abril de 2026, que institui o novo Plano Nacional de Educação (PNE). O documento estabelece um objetivo específico relacionado à conectividade, à educação digital e à integração das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação à educação, defendendo seu uso de maneira segura, responsável, ética, crítica e criativa. Mais especificamente, a Estratégia 7.7 determina a atualização da BNCC para incorporar temas relacionados à inteligência artificial, enquanto a Estratégia 7.18 estabelece que, no prazo de dois anos, o Conselho Nacional de Educação deverá criar diretrizes nacionais para a adoção e o uso de plataformas educacionais digitais e de IA na educação, com finalidade pedagógica, transparência e proteção de dados. A lei também prevê formação inicial e continuada de professores para a integração segura, ética, crítica e criativa das tecnologias digitais aos processos educacionais.

Assim, a legislação brasileira passa a reconhecer a IA não apenas como recurso tecnológico, mas como elemento que precisa ser incorporado às políticas curriculares, à formação docente e à organização pedagógica da educação.

Além do PNE, o Ministério da Educação publicou, em 2026, o *Referencial para o Uso e Desenvolvimento Responsáveis de Inteligência Artificial na Educação*, concebido como documento orientador para instituições, educadores, gestores e formuladores de políticas públicas. O referencial enfatiza uma integração responsável, ética e socialmente comprometida da IA aos processos educacionais, articulando inovação tecnológica a valores como qualidade, equidade, inclusão e proteção dos direitos. Também merece destaque o documento do MEC intitulado *Inteligência artificial na Educação Básica: documento orientador sobre caminhos curriculares e práticas éticas de uso de IA nas escolas*, publicado em 2026, que apresenta orientações para redes e escolas acerca dos conhecimentos, aprendizagens e práticas significativas relacionadas à IA, bem como dos usos que não contribuem para o ensino e a

aprendizagem. Esses documentos são particularmente relevantes para a pesquisa acadêmica porque demonstram que a discussão sobre IA já ultrapassou o campo da experimentação isolada de professores e passou a integrar oficialmente a agenda das políticas educacionais brasileiras.

Por fim, a inserção da inteligência artificial na educação exige que se evite tanto uma perspectiva tecnofóbica (negando o inegável), que perceba a tecnologia exclusivamente como ameaça, quanto uma perspectiva tecnicista, que suponha que a simples disponibilização de ferramentas produzirá inovação e melhoria da aprendizagem. A questão central não é determinar se a IA deve ou não estar presente na escola, mas sob quais condições, com quais finalidades pedagógicas, mediada por quais sujeitos e orientada por quais princípios éticos. A partir das contribuições de Lévy e Moran, pode-se compreender que as tecnologias transformam as possibilidades de circulação e produção do conhecimento, mas não eliminam a necessidade da mediação humana. Ao contrário, quanto maior a capacidade das máquinas de produzir respostas, maior parece ser a necessidade de uma

educação voltada à formulação de perguntas, à interpretação, à argumentação, à criatividade, à responsabilidade e ao pensamento crítico. Nessa perspectiva, a escola não perde sua relevância diante da inteligência artificial; ela precisa redefinir seu papel, passando de um espaço centrado na transmissão de informações para um ambiente no qual os estudantes aprendam a produzir, avaliar, questionar e utilizar conhecimento de forma ética e consciente em parceria, e não em submissão às tecnologias inteligentes.

4 PROJETO POTÊNCIA NEGRA

O projeto **Potência Negra** foi criado em 2024 e integra as práticas de culminância da segunda unidade letiva do segundo ano do Ensino Médio, desenvolvidas nas turmas da professora Manuela Peixinho no Instituto Federal da Bahia (IFBA), campus Salvador. A proposta parte da compreensão de que a educação para as relações étnico-raciais deve ultrapassar a abordagem pontual de conteúdos e constituir-se como espaço permanente de valorização, reconhecimento e produção de representatividades. Nesse sentido, a

cada edição, uma linguagem artística diferente é utilizada como meio de promover a exaltação da cultura negra, a valorização de trajetórias e a reflexão sobre as formas de representação da população negra.

Em sua primeira edição, em 2024, o audiovisual constituiu a linguagem escolhida. Os estudantes produziram documentários de forma autoral, participando da elaboração das propostas, dos roteiros, das gravações e da organização dos materiais, culminando em uma mostra documental aberta à comunidade escolar.

Em 2025, o projeto assumiu a fotografia como linguagem artística, possibilitando aos estudantes trabalhar questões de representatividade e valorização por meio da seleção de imagens. A experiência foi orientada pela compreensão de que fotografar também significa aprender a olhar: selecionar um enquadramento, perceber uma expressão, escolher um instante e decidir o que será colocado em evidência são ações que envolvem escolhas estéticas, afetivas e sociais. A lente, portanto, não apenas registra uma realidade, mas produz um recorte sobre ela, tornando visíveis sujeitos e experiências que muitas vezes permanecem à margem das

representações predominantes.

Em 2026, a proposta passa a articular a literatura de cordel e a inteligência artificial, tendo como homenageados servidores da instituição, como professores, técnicos e trabalhadores terceirizados, escolhidos pelos próprios estudantes. A iniciativa parte da compreensão de que valorizar a cultura negra também significa reconhecer trajetórias concretas e próximas, presentes no cotidiano da comunidade escolar, e não apenas personalidades historicamente consagradas. Para a definição dos homenageados, os estudantes realizaram suas escolhas, procuraram os servidores para apresentar a proposta e solicitar autorização para a homenagem e, posteriormente, realizaram pequenas entrevistas com o objetivo de conhecer aspectos de suas trajetórias pessoais e profissionais. O processo transformou a homenagem em uma experiência de escuta, aproximação e reconhecimento do outro, permitindo que histórias individuais fossem convertidas em matéria literária.

A partir das informações coletadas, estudantes e professora trabalharam conjuntamente na elaboração dos cordéis, discutindo

estrutura, versos, rimas, ritmo, seleção vocabular e os aspectos da trajetória de cada homenageado que seriam incorporados à narrativa. A produção textual foi realizada sem o apoio da inteligência artificial, justamente para preservar a experiência de autoria e permitir que os estudantes enfrentassem os desafios próprios da criação literária. Somente em uma etapa posterior a IA foi incorporada na elaboração das capas e na experimentação de possibilidades de representação visual. Essa escolha possibilita problematizar a diferença entre utilizar a tecnologia para substituir o processo criativo e empregá-la como recurso de experimentação e ampliação das possibilidades construídas pelos estudantes.

Desse modo, a edição de 2026 amplia as questões presentes nas edições anteriores e introduz uma discussão sobre as relações entre autoria, representação, literatura, tecnologia e inteligência artificial. Ao produzir o cordel e posteriormente utilizar uma ferramenta de IA para sua dimensão visual, os estudantes são convidados a refletir sobre quem representa, como representa e quais sentidos são produzidos nesse processo. Questões como a

preservação da identidade do homenageado, a reprodução de estereótipos, os limites da criação automatizada e o lugar do estudante como sujeito autor tornam-se parte da experiência pedagógica. Ao longo de suas três edições, o *Potência Negra* mantém, portanto, uma finalidade comum, que é valorizar a cultura negra e ampliar espaços de representatividade, mas transforma anualmente os modos de fazê-lo: pelo vídeo, pela fotografia e, posteriormente, pelo cordel articulado à inteligência artificial. Assim, mais do que uma atividade de culminância, o projeto constitui-se como prática de produção de memória, autoria, reconhecimento e representatividade, na qual diferentes linguagens são mobilizadas para narrar e valorizar sujeitos e trajetórias.

5 DESAFIOS E SUPERAÇÕES DA APLICAÇÃO DO PROJETO

A aplicação do projeto *Potência Negra*, em sua edição de 2026, teve início com a apresentação da proposta aos estudantes e a explicitação das etapas que seriam desenvolvidas. Inicialmente, cada grupo deveria escolher uma pessoa da comunidade escolar para ser homenageada, solicitar

sua autorização para a realização do trabalho e, posteriormente, realizar uma breve entrevista, buscando conhecer aspectos de sua trajetória pessoal e profissional.

A produção do cordel foi organizada em duas etapas complementares: a primeira dedicada à elaboração do texto, realizada coletivamente nos grupos, em sala de aula, e sem a utilização de inteligência artificial; e a segunda voltada à criação da capa, momento em que os estudantes foram estimulados a experimentar ferramentas de IA generativa como recurso de criação visual. A separação dessas etapas foi deliberada, buscando preservar a experiência de autoria na escrita e, simultaneamente, possibilitar uma reflexão sobre as potencialidades e os limites da inteligência artificial em processos criativos.

Na etapa de elaboração das capas, os estudantes foram apresentados a diferentes possibilidades de criação, podendo partir de desenhos produzidos por eles próprios, fotografias autorizadas dos homenageados ou descrições textuais. Entre as possibilidades exploradas esteve a criação de imagens inspiradas na xilogravura, linguagem

tradicionalmente associada à literatura de cordel. A xilogravura consiste em uma técnica de impressão na qual uma matriz, tradicionalmente de madeira, é entalhada para produzir áreas de relevo que posteriormente recebem tinta e são impressas sobre o papel. Sua presença na cultura do cordel tornou-se uma de suas marcas visuais mais reconhecíveis, caracterizando-se frequentemente pelo uso de contrastes, linhas marcadas, formas sintéticas e composição expressiva. A experimentação com IA permitiu, assim, estabelecer um diálogo entre uma técnica tradicional da cultura popular e uma tecnologia contemporânea de produção de imagens. Foram discutidos com os estudantes os elementos que poderiam compor uma capa, como título, nome do autor, representação do homenageado, elementos simbólicos relacionados à sua trajetória e características visuais associadas ao universo do cordel, bem como diferentes formas de formular comandos para orientar a ferramenta. Em vez de oferecer um único modelo de comando, buscou-se mostrar que a qualidade e a adequação do resultado dependem também da capacidade do usuário de descrever suas intenções, estabelecer restrições, fazer escolhas e

avaliar criticamente aquilo que é produzido.

Antes do início da produção das capas, foi realizada uma aula específica sobre inteligência artificial generativa, seus usos, possibilidades e implicações éticas no contexto educacional. Essa etapa revelou-se fundamental, uma vez que diversos estudantes já utilizavam ferramentas de IA em seu cotidiano, mas possuíam conhecimentos bastante distintos sobre seu funcionamento e sobre os cuidados necessários para uma utilização responsável. A experiência evidenciou, inicialmente, um desafio relacionado ao desconhecimento sobre segurança e proteção de dados. Muitos estudantes não tinham clareza de que informações pessoais inseridas em determinadas plataformas poderiam representar riscos relacionados à privacidade. Foi necessário, portanto, discutir que o uso de IA não deve ocorrer de maneira dissociada dos cuidados que envolvem qualquer ambiente digital, evitando-se a inserção de informações pessoais desnecessárias, fotografias sem autorização, dados de terceiros, documentos, contatos, endereços ou outras informações que possam comprometer a privacidade dos sujeitos envolvidos. No caso específico do

projeto, essa discussão adquiriu importância adicional porque as atividades envolviam a produção de imagens de pessoas reais, tornando indispensável considerar autorização, finalidade e responsabilidade no uso das imagens.

Outro desafio identificado foi a desigualdade de conhecimentos acerca das ferramentas e de suas funcionalidades. Embora parte dos estudantes conhecesse o ChatGPT, alguns desconheciam completamente a existência de recursos de inteligência artificial incorporados a plataformas que já utilizavam, como o Canva, por exemplo, enquanto outros ainda não haviam experimentado diferentes possibilidades da IA generativa.

A atividade permitiu apresentar funções que ultrapassam a simples geração automática de textos, como criação e transformação de imagens, remoção ou substituição de elementos, expansão de imagens, alteração de estilos visuais, geração de diferentes versões de uma mesma proposta, elaboração de sugestões a partir de referências fornecidas pelo usuário e refinamento progressivo de resultados por meio de novos comandos. Essa descoberta foi importante porque ampliou a compreensão dos estudantes

acerca da IA: mais do que uma ferramenta destinada a “dar respostas”, ela pode funcionar como um recurso de experimentação, permitindo testar possibilidades, comparar resultados e desenvolver projetos a partir de sucessivas escolhas humanas. Ao mesmo tempo, foi enfatizado que a utilização desses recursos não elimina a necessidade de autoria, planejamento e avaliação crítica, uma vez que o estudante continua responsável pelas decisões que orientam e validam o resultado produzido.

As discussões também abordaram questões relacionadas ao preconceito algorítmico, entendido como a possibilidade de sistemas de inteligência artificial reproduzirem, ampliarem ou naturalizarem padrões de representação marcados por desigualdades e preconceitos presentes nos dados e nas estruturas sociais que alimentam esses sistemas. Essa questão assumiu especial relevância em um projeto voltado à valorização da população negra. Ao solicitar a uma ferramenta que produza a imagem de uma pessoa, por exemplo, o resultado pode incorporar padrões estéticos, raciais, sociais ou culturais que não correspondem às características do sujeito representado. Por essa razão,

os estudantes foram estimulados a observar criticamente as imagens geradas e a questionar se a representação produzida correspondia efetivamente à pessoa homenageada ou se reproduzia estereótipos. A atividade, dessa maneira, permitiu compreender que a inteligência artificial não é uma tecnologia neutra e que seus resultados precisam ser examinados à luz de questões éticas, culturais e sociais. O uso responsável da IA implica, portanto, não apenas saber formular comandos, mas também saber avaliar, corrigir, recusar e reformular os resultados apresentados pela ferramenta.

Um terceiro desafio, particularmente significativo, foi a resistência de alguns estudantes à utilização da inteligência artificial no espaço escolar. Parte deles demonstrou inicialmente uma percepção segundo a qual a presença da IA na escola seria necessariamente inadequada, por estar associada principalmente ao uso indiscriminado para realização de trabalhos e à substituição do esforço intelectual do estudante. Essa resistência, entretanto, revelou-se pedagogicamente produtiva. Ao longo da atividade, tornou-se possível diferenciar o uso da IA como

mecanismo de terceirização da produção acadêmica de seu uso como instrumento de experimentação e criação. Os estudantes perceberam que a mesma tecnologia pode ser utilizada de maneiras bastante distintas: pode simplesmente produzir um trabalho que o aluno não compreendeu ou pode colaborar na elaboração de uma ideia, apresentar possibilidades visuais, sugerir alternativas, permitir comparações e estimular novas decisões criativas. A experiência contribuiu, assim, para deslocar a discussão de uma oposição simplista entre “usar” e “não usar” IA para uma questão mais complexa: como, quando, para quê e sob quais critérios utilizar essa tecnologia no processo educativo. As estratégias construídas para enfrentar esses desafios foram desenvolvidas em diálogo com os próprios estudantes.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência de aplicação do projeto *Potência Negra* demonstrou que a inserção da inteligência artificial no contexto escolar não ocorre de maneira homogênea nem está isenta de tensões. Os diferentes níveis de familiaridade dos estudantes com as

ferramentas, o desconhecimento acerca da proteção de dados, os riscos relacionados aos vieses algorítmicos e a resistência inicial de alguns participantes evidenciaram que o acesso à tecnologia não significa, necessariamente, apropriação crítica dela. Nesse sentido, um dos principais resultados da experiência foi perceber que a utilização pedagógica da IA exige mediação docente. Mais do que ensinar comandos ou apresentar ferramentas, foi necessário criar condições para que os estudantes compreendessem as implicações de suas escolhas, reconhecessem os limites dos sistemas generativos e desenvolvessem critérios para avaliar os resultados produzidos. A experiência reforçou, assim, a importância de uma educação digital que não se limite à dimensão instrumental, mas envolva ética, criticidade, autoria, responsabilidade e consciência sobre os efeitos sociais das tecnologias.

Ao articular a produção tradicional do cordel à experimentação contemporânea com inteligência artificial, o projeto também evidenciou que inovação tecnológica e preservação da autoria não precisam constituir movimentos opostos. A decisão de produzir o texto do cordel sem IA e

utilizar posteriormente a tecnologia como possibilidade de criação visual permitiu estabelecer uma relação de complementaridade, na qual a ferramenta não substituiu a experiência de escrita, escuta e construção da homenagem, mas ampliou as possibilidades de representação estética. Mais do que ensinar os estudantes a utilizar uma nova tecnologia, o projeto possibilitou problematizar o próprio ato de representar o outro: quem olha, quem narra, quais escolhas são feitas e que imagens são produzidas. Nesse percurso, a inteligência artificial deixou de ser compreendida exclusivamente como ameaça ou atalho e passou a ser percebida como uma tecnologia que demanda orientação, critérios e responsabilidade. A experiência sugere, portanto, que a presença da IA na escola pode ser pedagogicamente significativa quando subordinada a objetivos formativos claros e inserida em práticas que preservem a autoria humana, estimulem o pensamento crítico e transformem a tecnologia em objeto de reflexão, e não apenas em instrumento de produção.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 15.388, de 14 de abril de 2026.** Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE). Brasília, DF: Presidência da República, 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Inteligência artificial na Educação Básica: documento orientador sobre caminhos curriculares e práticas éticas de uso de IA nas escolas.** Brasília, DF: Ministério da Educação, 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Referencial para o uso e desenvolvimento responsáveis de inteligência artificial na educação.** Brasília, DF: Ministério da Educação, 2026.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **Cordel: leitores e ouvintes.** Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura.** Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999.

MORAN, José Manuel. **A educação que desejamos: novos desafios e**

como chegar lá. 5. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2013.

MORAN, José Manuel; MASETTO, Marcos T.; BEHRENS, Marilda Aparecida. **Novas tecnologias e mediação pedagógica.** Campinas, SP: Papyrus, 2000.